



UNIVERSIDADE
CANDIDO MENDES

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
CURSO DE CIÊNCIA CONTÁBEIS

NÁDIA FERNANDA MARTINS

**CONTABILDADE GERENCIAL: A IMPORTÂNCIA NAS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS**

NÁDIA FERNANDA MARTINS
MATRÍCULA 17111007

CONTABILIDADE GERENCIAL: A IMPORTÂNCIA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Trabalho Acadêmico apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão do curso de contabilidade da Universidade Candido Mendes como pré-requisito a obtenção de grau de Bacharel em Contabilidade.

NÁDIA FERNANDA MARTINS
MATRÍCULA 17111007

**CONTABILIDADE GERENCIAL: A IMPORTÂNCIA NAS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho Acadêmico apresentado à disciplina de Trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Candido Mendes como pré-requisito a obtenção de grau de Bacharel em contabilidade visando a sua conclusão.

BANCA AVALIADORA

Orientador: Marcos Pedro

Docente:

Convidado:

Dedico este trabalho ao meu esposo e filho, bem como a todos que me ajudaram em sua confecção.

Agradeço a Deus, à minha família e especialmente ao professor Marcos Pedro e André Veras, que muito contribuíram para que este trabalho pudesse existir.

*Se não puder voar, corra. Se não puder correr, ande.
Se não puder andar, rasteje, mas continue em frente
de qualquer jeito.*

Martin Luther king

RESUMO

O presente estudo discorre sobre a importância da Contabilidade Gerencial para as micro e pequenas empresas, mostrando a necessidade de se ter acesso às informações úteis que possibilitem ao gestor administrar seu negócio de maneira eficiente. Para engrandecer o tema proposto, serão feitas algumas reflexões sobre a história da contabilidade, a informação como recurso eficiente e útil na gestão e sobre algumas ferramentas da contabilidade gerencial no processo administrativo de uma empresa. A relevância de apresentar micro e pequenas empresas, que conforme dados do Sebrae o número de pequenas empresas cresceu muito, mas sua sobrevivência no mercado é cada dia mais difícil e sucumbem antes de completar dois anos de atividades, devido às instabilidades econômicas, inflação alta e a competitividade entre essas empresas, é cada vez mais necessário uma política especializada de gestão. Dessa maneira, é necessário que o pequeno empresário tenha conhecimento que através da utilização da contabilidade gerencial como instrumento de apoio na gestão dos negócios, sua empresa poderá tornar-se mais competitiva e permanecer no mercado.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Microempresas. Empresas de Pequeno Porte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1-Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, evolução no Brasil	13
GRÁFICO 2-Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, evolução no Brasil..	31
GRÁFICO 3-Taxa de variação do PIB no Brasil em % a.a. (2008-2014).....	
GRÁFICO 4-Taxa de variação do PIB no Brasil em % a.a. até 2017	
GRÁFICO 5-Apenas 37,8% das empresas ativas em 2015 tinham 5 anos.....	

LISTA DE TABELAS

Tabela I. Evolução da contabilidade.....
Tabela II: Cálculo Patrimônio Líquido.....
Tabela III: Objetivos da contabilidade financeira.....
Tabela IV: Comparação de conceitos contabilidade gerencial.....
Tabela V: Comparação entre Contabilidade Gerencial e Financeira.....
Tabela VI: Classificação por porte da empresa segundo Sebrae, por faturamento
Tabela VII: Classificação por porte da empresa segundo Sebrae, por quantidade de funcionários.
Tabela VIII: Classificação por porte da empresa segundo BNDES, por faturamento
Tabela IX: Classificação por porte da empresa segundo ANVISA, por faturamento
Tabela X : Gestão de capital de giro
Tabela XI: ciclos de uma empresa e suas etapas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SEBRAE – Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

MPEs – Micro e Pequenas Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

BP – Balanço Patrimonial

DRE – Demonstração de resultado do exercício

DLPAC – Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados

DFC – Demonstração dos fluxos de caixa

DVA – Demonstração do valor adicionado

LISTA DE SÍMBOLOS

@ – Arroba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. TÍTULO: Contabilidade.....	15
1.1. Evolução da contabilidade	15
1.2. Contabilidade Gerencial.....	17
1.3. Contabilidade Gerencial x Contabilidade Financeira.....	21
2. TÍTULO: Micro e Pequenas empresas	25
2.1. Conceito e características Micro e Pequenas empresas	25
2.2. Benefícios da Contabilidade Gerencial Micro e Pequenas empresas.....	28
2.3. Sobrevivência e mortalidade das Micro e Pequenas Empresas.....	30
2.4. Ciclo da empresa: Gestão de Capital de Giro	34
3. TÍTULO: Métodos de custeio	36
3.1. Método custeio de absorção	36
3.2. Vantagens e desvantagens do custeio por absorção.....	37
3.3. Método custeio variável.....	38
3.4. Vantagens e desvantagens do Custeio variável.....	38
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	

INTRODUÇÃO

O Brasil desde 2013 vive uma crise financeira sem precedentes em sua história, ocasionada pela instabilidade econômica e por escândalos de corrupção em diversos setores da economia. Isso provocou a queda do PIB, aumento da taxa de desemprego¹, inflação alta, diminuição do rendimento das famílias e consequentemente sem consumo ativo o fechamento de muitas empresas, mas para este fenômeno de encerramento “mortalidade”/sobrevivência das MPes existem estudos do Sebrae que revelam fatores limitantes à sobrevivência das micro e pequenas empresas no país; os principais fatores são: a dificuldade de crédito, a falta de suporte técnico, de gerenciamento adequado e de capital humano. Para Moraes (2003), identificar os fatores que exercem influência sobre o sucesso e o insucesso das empresas tem sido um dos objetivos mais almejados por pesquisadores.

Entre os vários fatores que favorecem para declínio das micro e pequenas empresas, destaca-se o aspecto gerencial, um fator que tem sido bastante estudado, é o fato delas não contarem com um sistema de gestão eficaz, o que quase sempre os leva a mortalidade logo nos primeiros anos de vida. Conforme dados do Sebrae (2016), o número de pequenas empresas cresceu muito, mas sua sobrevivência no mercado é cada dia mais difícil, conforme aponta o gráfico.

Gráfico 1: Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, evolução no Brasil.



FONTE: Sebrae-NA, a partir das bases de processamento do dados da SRF, disponíveis até 2014.

¹ A taxa de desocupação do trimestre encerrado em março de 2018 chegou a 13,1%, com aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao último trimestre do ano passado (11,8%). O total de pessoas desocupadas também cresceu no período, passando de 12,3 milhões para 13,7 milhões. Houve um aumento de 11,2% nesse contingente, ou mais 1,4 milhões de desempregados no país

Muitas vezes, por desconhecimento, os empresários deixam de se beneficiar das informações geradas pela contabilidade que poderiam ser de grande utilidade na gestão do negócio, e deliberam decisões baseadas meramente no conhecimento que acreditam ter e na maioria das vezes os resultados ficam abaixo do esperado.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é identificar a importância da contabilidade gerencial como suporte para tomada de decisões no processo da gestão empresarial das micro e pequenas empresas, desta forma contribuir para evitar fatores que conduzem a mortalidade precoce. Mais importante ainda é propor este modelo contábil, explicando detalhadamente como os gestores poderiam utilizá-lo, esperando que possa contribuir para a otimização do resultado por meio de uma melhor gestão de recursos.

Segundo Marion (2008), contabilidade gerencial não é obrigatória, logo pode ser conceituada como o sistema de informação que tem por objetivo suprir a entidade “empresa” com informações não só de natureza econômica, financeira, patrimonial, física e de produtividade, como também com outras informações de natureza operacional, para que possa auxiliar os administradores nas suas tomadas de decisões.

CAPÍTULO I - CONTABILIDADE

Para iniciar e proporcionar melhor entendimento neste capítulo será abordado os seguintes tópicos; a evolução da contabilidade, contabilidade gerencial e seus objetivos e a diferença entre contabilidade gerencial e financeira.

A fim de tornar a pesquisa compreensível o primeiro assunto abordará a evolução da contabilidade e sua origem, que descreve a história contábil desde os tempos primitivos, no qual demonstra que o principal objetivo era forma intuitiva para controlar os bens e riquezas. Para agregar e ilustrar a evolução da contabilidade tabela I, com base (Lima 2006) exhibe os quatros períodos contábeis e suas características.

O segundo tópico deliberará o que é contabilidade gerencial, mas antes de fundamentarem-se na definição, objetivos e aplicações, explicará o conceito da contabilidade em si, para assim retornar a contabilidade gerencial como uma ferramenta de gestão e uma fonte de tomada de decisões adequadas nos negócios vislumbrando o lucro.

Diante do exposto os outros tópicos abordarão a diferença entre contabilidade gerencial e financeira, que trata o assunto com muita leveza e esclarecimento, pois além do embasamento dos nomeadores autores, Crepaldi (2011) e Marion (2008), tem o fundamento das aulas ministradas pelo professor André Veras que agrega conhecimento ao tema.

1.1. Evolução da contabilidade

Entender o passado é essencial para compreender o presente, sendo assim é pertinente elucidar a evolução contábil. A contabilidade sempre esteve presente na história da humanidade, logo é tão antiga quanto. Dito isto, a primeira contabilidade foi empírica onde o homem primitivo intuitivamente cuidava do seu Patrimônio, representado pelos rebanhos e outros bens, desta forma os primeiros registros foram em condição rudimentar como parte da cultura, deste modo o homem descobriu maneiras mais úteis de processar os seus registros de aspectos quantitativos. Ratifica as informações, Sá (2008) informa que a contabilidade surge na época em que os homens habitavam cavernas, onde através de desenhos, pinturas e sinais repetitivos por traços, pontos, grades e similares, registravam o controle de seus mantimentos.

Na bíblia, um dos livros mais antigos, também existem relatos sobre controles contábeis, exemplo dado por Jesus, no livro Lucas capítulo 16, versículo 1 a 7, onde conta a história do administrador que roubou seu senhor, alterando os registros de valores a receber dos devedores. Em Gênesis capítulo 47 a 48 há também o relato de José², no Egito, onde houve tal acumulação de bens que perderam a conta do que se tinha, Dito isto a origem da contabilidade está ligada a necessidade de registros, a atividade de troca e venda dos comerciantes requeria o acompanhamento das variações de seus bens quando cada transação era efetuada. As trocas de bens e serviços eram seguidas de simples registros ou relatórios sobre o fato. Mas as cobranças de impostos, na Babilônia já se faziam com escritas, embora rudimentares. José, contabilizou os negócios efetuados pelo governo de seu país no ano 2000 a.C.

À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses; tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registros.

² "...José recolheu toda a prata que circulava no Egito e em Canaã, dada como pagamento do trigo que o povo comprava, e levou-a ao palácio do faraó. Quando toda a prata do Egito e de Canaã se esgotou, todos os egípcios foram suplicar a José: "Dá-nos comida! Não nos deixes morrer só porque a nossa prata acabou". E José lhes disse: "Tragam então os seus rebanhos, e em troca lhes darei trigo, uma vez que a prata de vocês acabou". E trouxeram a José os rebanhos, e ele deu-lhes trigo em troca de cavalos, ovelhas, bois e jumentos. Durante aquele ano inteiro ele os sustentou em troca de todos os seus rebanhos". Gênesis 47:14-17

Para Lima (2006) A evolução da contabilidade costuma ser dividida em quatro períodos; antigo, medieval, moderno e científico.

Tabela I: Evolução da contabilidade

Período	Características
Contabilidade do mundo antigo	Período que se inicia com as primeiras civilizações e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Liber Abaci , da autoria Leonardo Fibonaci, o Pisano.
Contabilidade do mundo medieval	Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Paciolo, publicado em 1494, enfatizando que à teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.
Contabilidade do mundo moderno	Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da Obra "La Contabilità Applicatta alle Amministrazioni Private e Pubbliche" , da autoria de Franscesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.
Contabilidade do mundo científico	Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

FONTE LIMA, 2006, p.01

Não há como expor precisamente como a contabilidade surgiu ou quem a criou, porém seu desenvolvimento está sendo estimulado através de diversas transformações da humanidade. As escolas de pensamento contábil contribuíram com essas transformações através de suas importantes pesquisas. Atualmente a contabilidade é o reflexo de uma evolução contínua ao decorrer do tempo. Cada vez mais difundida, a contabilidade teve como característica sempre se adaptar às novas realidades da época em que figurava. Conforme Marion (2017, p.19), No final do século XX e início do século XXI, para atender às crescentes exigências dos clientes internacionais sempre interessados em mais qualidade e menor custo, as grandes organizações multinacionais, especialmente aquela de origem norte-americana, vêm desenvolvendo revolucionários métodos de contabilidade gerencial, tema que será abordado no próximo capítulo.

A propagação dessas modernas metodologias é facilitada por uma nova mentalidade esta sendo difundida. Algumas organizações estão derrubando muralhas para compartilhar informações de toda natureza com suas próprias concorrentes. Esse procedimento, denominando “benchmarking”, ajuda as empresas na difícil e necessária tarefa de acompanhar as inovações. (MARION, 2017, p.19)

Para permitir melhor compreensão do que vem a ser contabilidade gerencial, torna-se imprescindível entender, primeiramente, o que é Contabilidade.

Conforme Marion (2008, p.07) a contabilidade é uma ciência social que tem objeto o controle do patrimônio das organizações. Barros (2002) Confirma, que a contabilidade é um instrumento de grande importância, uma vez que é uma ciência social que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativas aos atos e fatos da administração e da economia. Mais especificamente, trata-se do estudo e do controle do patrimônio das entidades (empresas).

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 1986), a contabilidade é:

Contabilidade é uma ciência nitidamente social quanto às suas finalidades, mas, como metodologia de mensuração, abarca tanto o social quanto o quantitativo. É social quanto às finalidades, pois, em última análise, através de suas avaliações do progresso de entidades, propicia um melhor conhecimento das configurações de rentabilidade e financeiras, e, indiretamente, auxilia os acionistas, os tomadores de decisões, os investidores a aumentar a riqueza da entidade e, como consequência, as suas, amenizando lhes as necessidades.

Marion (2008), ressalta que a contabilidade é também a ciência que estuda, registra, controla e informa os atos e fatos econômico-financeiros que afetam o patrimônio de uma empresa, seja pública ou privada. Assim, o objeto da Contabilidade é o próprio patrimônio.

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. (MARION, 2008, p. 23).

A contabilidade estabelece em sua parte teórica, os princípios e regras de conduta a serem seguidas pelos profissionais da área contábil, assim padronizando procedimentos por eles adotados. O conceito de Marion (2008) citado acima, interliga com Ferreira (2004, p. 1), a contabilidade em perspectiva teórica pode ser definida como “a ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financeiro,

bem como os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à exposição e à análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações.”

1.2. Contabilidade Gerencial

Saber como melhor interpretar os resultados da empresa é um dos objetivos primordiais da Contabilidade gerencial. Segundo Pizzolato (2000, p.195) Contabilidade Gerencial, “produz informação útil para a administração, a qual exige informações para vários propósitos tais como: auxílio no planejamento; na medição e avaliação de performance; na fixação de preços de venda e na análise de ações alternativas.”

Iudícibus (2009, p. 21) define que:

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

No decorrer do tempo a contabilidade teve que se aperfeiçoar, desenvolvendo novas ferramentas para dar suporte à gestão das empresas, transformando os fatos ocorridos em meios para aprimoramentos futuros, buscando atualizar-se no mercado a fim de oferecer informações mais claras e precisas. Iudícibus (2009, p. 21), a contabilidade em si despacha dados (fiscais e financeiros) obrigatórios. Para que esses relatórios mereçam fé a favor da organização, devem ser elaborados com base na escrituração contábil oficial e fundamentos em determinações legais e oficiais, não contemplando informações de natureza operacional, que interessam somente aos usuários internos da organização. Em contrapartida, a contabilidade gerencial está desobrigada do cumprimento de determinações legais ou regras fixadas por órgãos reguladores como Comissão de Valores Mobiliários, o Comitê de Pronunciamento Contábeis etc., pode ser conceituada como sistema de informação que tem por finalidade relatórios gerenciais precisos que auxiliem os administradores nas suas tomadas de decisões e atingir os objetivos organizacionais.

Dito isto, a contabilidade gerencial vem trazendo o conhecimento e suporte necessário para que a gestão possa manter os controles interno e externos das empresas em pleno funcionamento e com o mínimo de falhas possíveis.

Dessa forma, autores como Marion (2005), Atkinson et al (2000) e Ludícibus (2009), são unânimes ao afirmar que a contabilidade gerencial é utilizada como grande ferramenta dos gestores para o processo decisório e tomada de decisão.

Marion (2005) Ressalta ainda que, a Contabilidade Gerencial é uma ferramenta de apoio e orientação no processo de gestão organizacional.

Dessa forma, qualquer decisão a ser tomada, qualquer que seja a área de atuação do responsável por ela, encontrará na informação contábil gerencial o fundamento necessário para que a opção encontrada seja a mais benéfica possível para o desenvolvimento da organização. (MARION 2005)

Segundo Crepaldi (2011, p.41), a contabilidade como ferramenta de gestão é importante, pois ela trata de todos os fatos ocorridos dentro da organização, sendo que ela fornece informações e colhe dados para que possa ter uma análise de como está à situação de seu patrimônio; o que influencia para se ter um controle sobre como está situação da organização, ou seja, se está positiva ou negativa, assim orientando os gestores a melhor forma no momento da tomada de decisão. “Para executar suas atividades, uma empresa precisa de elementos que lhe permitam cumprir seu ciclo operacional e que forneçam também uma estrutura básica que facilite o cumprimento de suas atividades”.

As empresas estão em constantes mudanças; cada vez mais necessitam de controles precisos e de informações oportunas sobre seu negocio para adequar suas operações às novas situações de mercado. Observa-se que durante anos a contabilidade foi vista apenas como um sistema de informações tributárias; na atualidade, ela passa a ser vista também como um instrumento gerencial que se utiliza de um sistema de informação para registrar as operações da organização, formações necessárias para subsidiar o processo de tomadas de decisões e para o processo de gestão, planejamento, execução e controle (CREPALDI, 2011, p.3).

Com fundamento nos autores citados, a contabilidade Gerencial é um instrumento muito importante na gestão de uma organização, fornecendo dados nos quais contribuíram para os administradores na tomada de decisões.

Marion (2011), exemplifica demonstrando relatórios elementares que podem ser analisados para tomada de decisões, são estes; oo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPAC), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA). (Se companhia aberta).

Simula o exemplo de uma empresa com ativo R\$ 250.000.00 e demonstra que o cálculo do patrimônio líquido³ pode ser analisado para tomada decisão em quatro minutos.

Tabela II: Cálculo Patrimônio Líquido

ATIVO (-) PASSIVO = PATRIMÔNIO LÍQUIDO
250.000.000 (-) 230.000.000 = PL
PL = 20.000.000

Fonte: Marion (2011)

Análise: O total do Ativo R\$ 250.000.000. O total do (PASSIVO + PL) de R\$ 250.000.000. Portanto, temos \$ 250.000.000 como origem e \$ 250.000.000 como aplicações.

1.3. Contabilidade Gerencial x Financeira

A contabilidade é fundamental na gestão de uma organização, pois dela é feita todas as apurações necessárias para detectar as informações contábeis, utilizadas para analisar a situação patrimonial.

Todo tipo de entidade, tenha ou não finalidade lucrativa, e, independentemente do ramo de atividade que exerce, utilizará a contabilidade financeira ou geral para o registro e controle das operações comuns a todo tipo de entidade e usará um ramo da contabilidade para o registro e controle das operações típicas do seu ramo de negócio ou da sua finalidade. (MARION, 2008 p.10)

Crepaldi (2011, p. 6) destaca o conceito sobre contabilidade gerencial e financeira:

“ Contabilidade Gerencial é ramo da Contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial. A Contabilidade Financeira é o processo de elaboração de demonstrativos financeiros para propósitos externos: pessoal externo à organização, como acionistas, credores e autoridades governamentais. Esse processo é muito influenciado por autoridades que estabelecem padrões, regulamentadores e fiscais, bem como por exigências de auditoria de contadores independentes.”

A contabilidade financeira é oficial e obrigatória, segue padrões internacionais legais; a contabilidade gerencial, embora necessária, é extraoficial e facultativa.

³§ 2º As demonstrações contábeis devem exprimir com fidedignidade e clareza a situação do patrimônio do fundo e as mutações ocorridas no período - <http://www.cvm.gov.br>

Segundo o IBRACON (NPC 27)

“As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.”

As principais referências conceituais em termos de definição dos objetivos da Contabilidade Financeira provêm dos órgãos reguladores, em especial, International Accounting Standard Board (IASB), em nível mundial, Financial Accounting Standard Board (FASB), no ambiente norte-americano, e Comissão de Valores Mobiliários (CVM)⁴, quando se trata do Brasil.

Tabela III: Objetivos da contabilidade financeira

FONTES	Conceito/objetivo sobre Contabilidade Financeira
IASB (1989)	O objetivo das demonstrações contábeis é dar informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma empresa que sejam úteis a um grande número de usuários em suas tomadas de decisão.
FASB(1980)	A divulgação financeira deve fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores atuais e em potencial, bem como para outros usuários que visem à tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes.
CVM (1986)	Permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Para a consecução desse objetivo, é preciso que as empresas deem ênfase à evidenciação de todas as informações que permitam não só a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações desse patrimônio, mas, além disso, que possibilitem a realização de inferências sobre o futuro

Fonte: IASB 1989, FASB 1980 e CVM 1986

⁴ A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulga hoje, 14/03/2008, a Deliberação nº 539/08 que aprova o Pronunciamento CPC sobre "Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis". Este pronunciamento estabelece as bases para a apresentação das informações contábeis necessárias aos investidores no processo de tomada de decisões envolvendo negociações com valores mobiliários. A Deliberação nº 539/08 adota o conteúdo do documento original emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board), Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements, o que representa mais um passo no processo de convergência contábil. Fica, então, a partir dessa publicação, revogada a Deliberação nº29/86, que aprovou o pronunciamento do Ibracôn "Estrutura Conceitual Básica de Contabilidade"

Tabela IV: Comparação de conceitos contabilidade gerencial

FONTES	Conceito/objetivo sobre Contabilidade Gerencial
MARION (2008)	Processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais.
CREPALDI (2011)	Identificar, coletar, mensurar, classificar, e reportar informações que são úteis para os gestores no planejamento, controle e processo decisório.

Fonte: Marion 2008 e Gripaldi 2011

Para corroborar com o trabalho de conclusão de curso a pesquisadora participou como ouvinte das aulas de contabilidade gerencial ministradas pelo professor e mestre André Veras da Silva, que dentre muitos assuntos pertinentes abordou com louvor o tópico contabilidade gerencial versus financeira, com embasamento em Marion (2017) e Crepaldi (2011), no qual esclarece que em uma organização cada área da contabilidade atua de uma forma indispensável, ou seja, a contabilidade gerencial apura os fatos e faz com que se concretizem da melhor forma possível para o melhoramento da organização e a contabilidade financeira apura os registros e presta informações aos terceiros. Portanto, cada atividade tem uma função diferente uma da outra, caracterizada para auxiliar todos os gestores nas tomadas de decisões. Ressaltou também, que toda organização tem por fim gerar lucros e aumentar o rendimento, exceto as filantrópicas, então para que uma instituição possa progredir e ter um bom retorno financeiro, é necessário uma boa administração para que os produtos e serviços financeiros sejam de qualidade e que os consumidores tenham satisfação, partindo deste princípio é neste momento que se faz necessário a contabilidade gerencial para contribuir no auxílio das tomadas de decisões para o gerenciamento dos prestadores de serviços internos (funcionários, gerentes e executivos) e a contabilidade financeira avaliando o desempenho dos setores e reportando para o pessoal externo.

Assim, todo tipo de entidade, tenha ou não finalidade lucrativa, e, independentemente do ramo de atividade que exerce, utilizará a contabilidade financeira ou geral para o registro e o controle das operações comuns a todo tipo de entidade e usará um ramo da contabilidade para o registro e controle das operações típicas do seu ramo de negócio ou da sua finalidade (MARION; RIBEIRO, 2011, p.10).

As instituições necessitam da contabilidade gerencial e financeira para ter controle sobre o seu patrimônio, ou seja, para controlar, analisar e a reportar todas as informações sejam elas financeiras ou não financeiras aos seus interessados tomarem decisões e auxiliar no desempenho das funções gerenciais da organização.

Relevante para ilustração deste conteúdo, segue tabela elaborada em aula pelo docente André Veras(2018), para assim ficar não ficar dúvida sobre o assunto.

Tabela V: Comparação entre Contabilidade Gerencial e Financeira

Fator	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários ou Clientela	Externos : Acionistas, credores, governo	Internos:funcionários, administradores....
Objetivos dos Relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos, com base em dados passados	Facilitar o planejamento, o controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão
Forma dos Relatórios	Balanço Patrimonial, DRE, DOAR, DMPL	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custos, relatórios especiais não rotineiros para a tomada de decisão
Frequência	Anual, trimestral, mensal	Quando necessário pela administração
Custos ou valores utilizados	Primariamente históricos (passados)	Históricos e esperados (previstos)
Bases de mensuração	Moeda corrente	Várias bases (moeda corrente, moeda estrangeira, medidas físicas, índices, etc)
Restrições nas informações fornecidas	Princípios Fundamentais da Contabilidade	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração

FONTE: Professor André Veras (2018)

CAPÍTULO II – MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Após esclarecimento e definições do capítulo anterior sobre a contabilidade, para o segundo capítulo o tema abordado “Contabilidade Gerencial: A importância em micro e pequenas empresas” é indispensável entender o conceito de Micro e Pequena Empresa, quais as características para tal enquadramento, e quais os benefícios legais que amparam o fomento deste grupo de empresas.

Explicitado este índice, o foco passa a ser o estabelecimento, quais são os benefícios para o Micro e Pequeno Empresário em adotar a Contabilidade Gerencial em seu negócio, e, em contrapartida, quais são os reflexos desta não adoção.

Serão demonstradas também algumas das ferramentas gerenciais mais aptas às Micro e Pequenas Empresas, para que o pequeno empresário tome conhecimento das técnicas que estão disponíveis no mercado para o gerenciamento de seu negócio.

2.1. Conceito e características Micro e Pequenas empresas

A fim de serem, consideradas Micro e Pequenas Empresas no Brasil, é fundamental que seja identificado o porte da empresa: para Faria, Azevedo e Oliveira (2012) a determinação do porte de uma empresa torna-se necessária desde a sua abertura, pois traz uma visão geral a cerca das características e volume de atividades empresariais pretendidas. Para Crepaldi (2011) mediante porte de uma empresa se estabelece como será o plano de contas.

Segundo Pizzani (2004) existem alguns padrões para definir as pequenas e médias empresas, muitas vezes dentro do mesmo país. Para professor Veras(2018), independente do porte, a empresa é uma sequência de atividades em cadeia de valores que visa a entrega de um bem ou serviço ao cliente, no entanto Pizzani (2004), que a empresa na maioria dos casos são utilizadas variáveis relacionadas ao número de empregados e volume de vendas (receita bruta).

A Lei Geral, das Microempresas e pequenas empresa foi instituída em 2006 e atualizada pela lei complementar nº 147/2014 para regulamentar o disposto na Constituição Brasileira, que prevê o tratamento diferenciado⁵ e favorecido à

⁵ § 4º Na especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata o § 3º, deverá constar prazo máximo, quando forem necessários procedimentos adicionais, para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação.

microempresa e à empresa de pequeno porte. Foi concebida com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para os pequenos negócios, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional. Além disto, a Lei prevê benefícios para as pequenas empresas em diversos aspectos do dia a dia, como a simplificação e desburocratização, as facilidades para acesso ao mercado, ao crédito e à justiça, o estímulo à inovação e à exportação.

Há várias classificações de beneficiários por porte de empresa, divulgados por órgãos diferentes no Brasil, a partir de uma das fontes pode saber qual o porte da empresa.

Tabela VI: Classificação por porte da empresa segundo Sebrae, por faturamento

PORTE DOS BENEFICIÁRIOS	FATURAMENTO BRUTO ANUAL
Microempreendedor Individual	até R\$ 60.000,00
Microempresa	acima de R\$ 60.000,00 até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte	acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00

Fonte: Sebrae (2012)

Tabela VII: Classificação por porte da empresa segundo Sebrae, por quantidade de funcionários.

PORTE DOS BENEFICIÁRIOS	SETORES	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena Empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média Empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande Empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: Sebrae (2012)

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) adota para critério de classificação dos empreendimentos segundo o porte o número de trabalhadores e pelo setor de atividade econômica exercida pela empresa (SEBRAE, 2012). Microempresa é aquela que tem em seu quadro funcional até 19 empregados na indústria e até 9 empregados no comércio e no setor de serviços, enquanto pequena empresa emprega de 20 a 99 pessoas na indústria e entre 10 a 49 no comércio e serviços. A média empresa emprega de 100 a 499 pessoas na indústria e

de 50 a 99 no comércio e serviços. Por fim, a grande empresa ocupa, em média, acima de 500 pessoas na indústria e acima de 100 pessoas no comércio e no setor de serviços (SEBRAE, 2012)

Tabela VIII: Classificação por porte da empresa segundo BNDES, por faturamento.

PORTE DOS BENEFICIÁRIOS	FATURAMENTO BRUTO ANUAL
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena Empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média Empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média-Grande Empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande Empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: BNDES (2013)

A classificação de porte de empresas adotada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) é aplicável à indústria, comércio e serviços, e define como critério para diferenciar as empresas de pequeno porte o faturamento anual da empresa ou do grupo econômico ao qual esteja inserida. O BNDES utiliza essa metodologia para enquadramento de linhas de financiamentos, visto que, dependendo do porte das empresas, as condições creditícias podem sofrer alterações mediante o porte da empresa (BNDES, 2013). Segundo Lima (2010), entende-se por receita operacional bruta: o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria; o preço dos serviços; e o resultado das atividades em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos concedidos. O Banco do Desenvolvimento faz uso de uma tabela para classificar o tamanho das

Tabela IX: Classificação por porte da empresa segundo ANVISA, por faturamento.

PORTE DOS BENEFICIÁRIOS	FATURAMENTO BRUTO ANUAL
Grupo I - Grande Empresa	Superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001.
Grupo II - Grande Empresa	Igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001.
Grupo III - Média Empresa	Igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001.
Grupo IV - Média Empresa	Igual ou inferior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001.
Pequena Empresa	Igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), de acordo com a Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011.
Microempresa	Igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), de acordo com a Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011.

Fonte: Receita Federal (2013)

A agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) declara que o porte da empresa é definido por meio de sua capacidade econômica, o qual é determinado de acordo com o seu faturamento bruto anual. O órgão considera como faturamento bruto anual o valor total anual faturado pela matriz e suas filiais.

2.2. Benefícios da Contabilidade Gerencial nas Micro e Pequenas empresas

Para Marion(2008), a contabilidade consiste na coleta, apresentação e interpretação dos dados das transações, e é uma importante ferramenta para os negócios, podendo informar ao empresário o lucro obtido, como também o desenvolvimento da empresa. Desta forma, o mercado em geral passou a se interessar por essas informações⁶ contábeis, como governo, credores, investidores, sindicatos trabalhistas, e principalmente os administradores das empresas.

Existe uma forte ligação da Contabilidade com o processo de informação e comunicação nas empresas, não estando limitadas a registrar os dados que afetam o

⁶ A Confiabilidade exige que a informação seja apresentada da forma mais apropriada possível, retratando adequadamente o que se pretende evidenciar (faithful representation). CPC 00 - pronunciamento técnico 2008.

patrimônio da empresa, mais tendo o compromisso de transformar esses fatos contábeis, em informações que sirvam de base para projeções, comparações, controles, planejamento, enfim, que auxiliem a gestão e a tomada de decisão, Marion (2008, pág.23) as informações dos relatórios contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Crepaldi (2011), a informação é uma poderosa ferramenta de gestão à disposição dos empresários, extraídas das demonstrações contábeis da empresa, traçando o planejamento estratégico, sendo assim estas informações auxiliam nas decisões dos preços dos produtos, desperdício de recursos, controle das despesas e aumento das receitas. A vertente da Contabilidade que disponibiliza estas informações é denominada Contabilidade Gerencial, que utiliza dados financeiros e operacionais sobre atividade, controle, unidades operacionais, produtos, serviços e clientes da empresa para gerar relatórios para os administradores, que devem ser adequados às necessidades da empresa facilitando no processo decisório.

“A relevância diz respeito à influência de uma informação contábil na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores. A Relevância depende da natureza e também da materialidade (tamanho) do item em discussão.” PRONUNCIAMENTO TÉCNICO - 2008 CPC 00

Conforme mencionado no item 1.3., lembrando, a contabilidade Gerencial é a parte da Contabilidade que tem como objetivo prestar informações aos gestores da empresa, assim facilitando o processo decisório e de análise do desempenho da organização. Segundo Pizzolato (2000, p.195): "A contabilidade Gerencial está voltada para a informação contábil que pode ser útil à administração, de forma adequada para assessorar nos processos decisórios".

A adaptação das micro e pequenas empresas para os novos padrões do mercado exige capacidade de inovação, flexibilidade, rapidez, qualidade, produtividade, dentre outros requisitos, o que torna cada vez mais importante e estratégico, o papel que a Contabilidade Gerencial exerce na vida de uma empresa, mostrando ao administrador maior competitividade para enfrentar os desafios do mercado, ajudando-o a atingir suas metas, possibilitando uma visão das operações regulares da empresa, de modo a melhorar os controles, organizar e planejar mais eficaz e eficientemente, sempre com o pensamento à frente com a estratégia de atuação no mercado. A necessidade de se ter informações cada vez mais úteis e confiáveis se tornou imprescindível. Marion (2008), para que esses relatórios mereçam fé a favor da organização, devem ser elaborados com base na escrituração

contábil oficial e fundamentados em determinações legais e oficiais, não contemplando informações de natureza operacional, que interessam somente aos usuários internos da organização.

As informações da Contabilidade Gerencial incluem dados estimados usados pela administração na condução de operações diárias, no planejamento das operações futuras e no desenvolvimento de estratégias de negócios integradas. Os relatórios devem fornecer medidas objetivas de operações passadas e subjetivas de futuras decisões, para ampliar as oportunidades de negócios mostrando informações mais claras, precisa e focada na tomada de decisão.

Crepaldi (2011), a contabilidade gerencial capacita o empresário a assumir riscos, porque o conscientiza e ajuda a escolher oportunidade de mercado e promove a visão necessária sobre seu negócio. Dessa maneira, demonstra que é necessário que o pequeno empresário tenha conhecimento e tome consciência da importância da realização de uma Contabilidade completa e eficiente que reflita a realidade da organização, não só da apuração dos resultados mensais, mas de que maneira ele foi alcançado.

Para Ludícibus (2009), a utilização da contabilidade gerencial dentro da empresa proporciona diversas informações que ajudam os gestores das empresas a tomarem decisões relativas à produção, vendas, orçamentos, planejamento, etc. Os gerentes de empresas industriais e das empresas de serviços, com um ambiente muito mais competitivo necessitam de informações gerenciais e relevantes sobre os seus custos efetivos, para ajudarem seus engenheiros e projetarem produtos que podem ser fabricados eficientemente, avisar onde são necessárias as melhorias em qualidade, eficiência e rapidez nas operações de produção, orientar as decisões sobre mix de produto, escolher entre fornecedores alternativos, negociar com clientes sobre preços alternativos, especificações do produto, qualidade, entrega e serviços.

2.3. Sobrevivência e mortalidade das Micro e Pequena Empresas

Segundo pesquisa do Sebrae (2012), sete em cada dez empresas brasileiras encerram suas atividades antes dos cinco anos de vida, e o principal motivo a levá-las a isto são as falhas no gerenciamento do negócio por parte de seus administradores. A pesquisa também demonstra que no Brasil nove em cada dez empresas são classificadas como micro ou pequena empresa, as quais absorvem

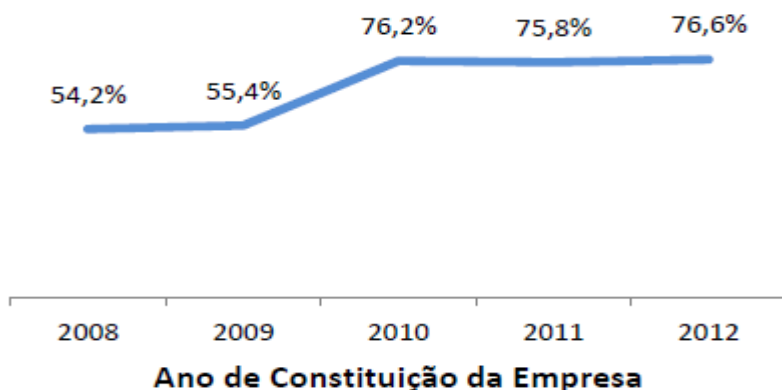
maior contingente de mão-de-obra em relação às grandes empresas, tendo em vista esta nova perspectiva no mercado.

O sebrae realizou parceria com o Conselho Federal de Contabilidade- CFC, que em conjunto proporcionaram um programa de atualização e reciclagem da classe contábil no Brasil, afim de melhor prepará-los para poder ajudar estas empresas a enfrentar e vencer tais dificuldades que vem sendo imposta pelo mercado. Desta forma, o contador tornou-se indispensável, pois este profissional, em suas atribuições regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 9295/46 define que:

Art.25. São considerados trabalhos técnicos da contabilidade: a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral; b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações; c) perícias judiciais e extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais e extrajudiciais de avarias grossas e comuns, assistências aos conselhos fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais da contabilidade.

Já na pesquisa do Sebrae (2016), tomando como referência as empresas brasileiras constituídas em 2012, e as informações sobre estas empresas disponíveis na SRF até 2014, a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos de atividade foi de 76,6% (Gráfico 2). Essa taxa foi a maior taxa de sobrevivência de empresas com até 2 anos, já calculada para as empresas nascidas em todo o período compreendido entre 2008 e 2012.

Gráfico 2: Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, evolução no Brasil



Fonte: Fonte: Sebrae-NA, a partir de processamento das bases de dados da SRF disponíveis até 2014.

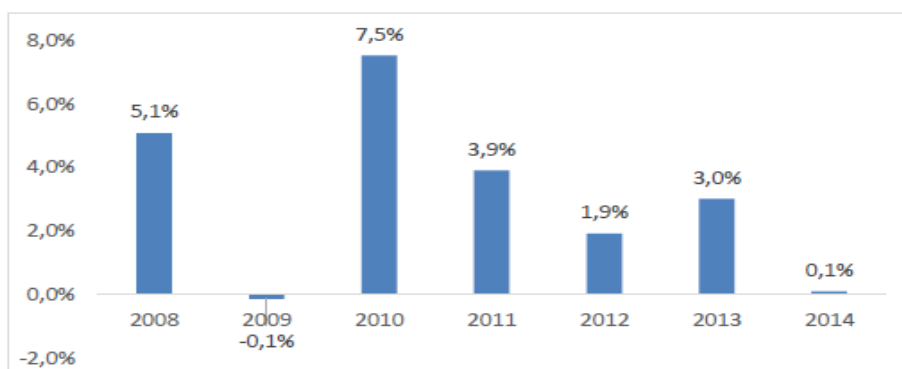
Conforme Sebrae (2014), a taxa de mortalidade é complementar à da sobrevivência, pode-se dizer que a taxa de mortalidade de empresas com até 2 anos caiu de 45,8%, nas empresas nascidas em 2008, para 23,4% nas empresas nascidas em 2012.

Vale ressaltar, que as empresas criadas no período entre 2008 e 2012 se beneficiaram de uma série de aspectos positivos, presentes no conjunto do período compreendido entre 2008 e 2014, o que ajuda a explicar o aumento da taxa de sobrevivência das empresas nesse período. se destacam, por exemplo:

A evolução do PIB: entre 2008 e 2014, as empresas viveram em um contexto de expansão quase que contínua do PIB, com taxas expressivas de crescimento, por exemplo nos anos de 2008 e 2010. A exceção foi o ano de 2009, quando houve pequena contração.

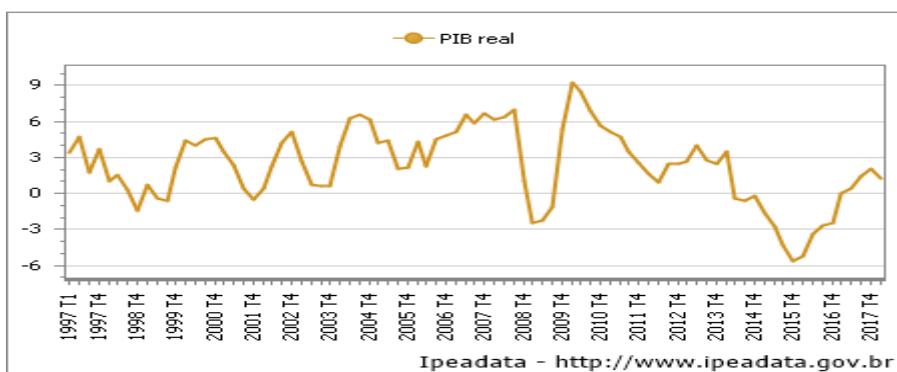
Particularmente, em 2010, a taxa de crescimento do PIB (7,5% a.a.) foi a mais alta em 25 anos, o que deve ter beneficiado muito as empresas criadas nesse período.

GRÁFICO 3 - TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB NO BRASIL em % a.a. (2008-2014)



Fonte: IBGE

GRÁFICO 4 - TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB NO BRASIL em % a.a. até 2017⁷



Em 2015 o auge da crise econômica, o PIB (soma de todos os bens e serviços produzidos no país), caiu 3,8%, Conforme dados do IBGE o pior resultado em 25 anos. Em 2016 foi registrada nova recessão, com queda de 3,6%.

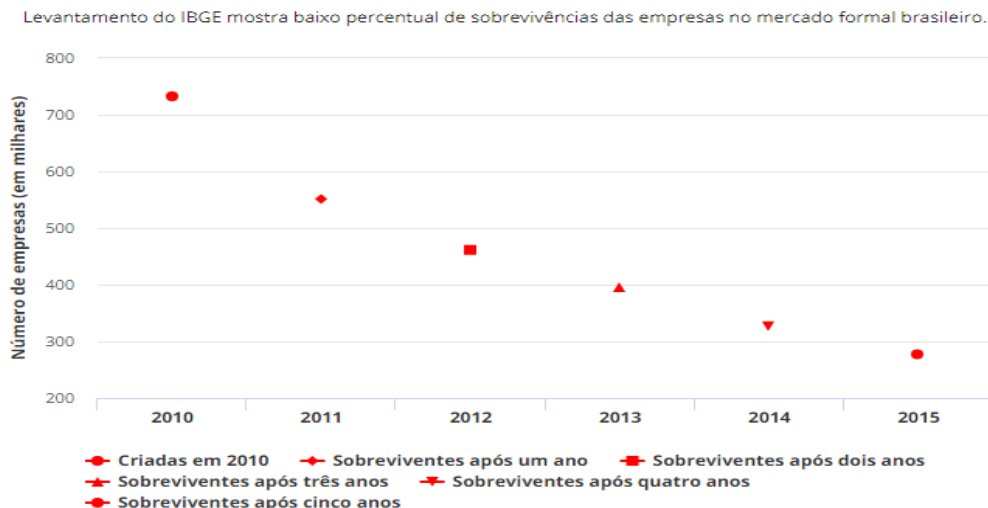
De acordo com o IBGE, esta dinâmica negativa na demografia das empresas brasileiras provocou um recuo de 3,9% no número de pessoas ocupadas no mercado formal de trabalho e queda de 4,5% no pessoal ocupado assalariado. Em números absolutos, 1,6 milhão de pessoas perderam postos de trabalho por conta do fechamento de empresas, conforme informado na introdução do tema.

Em 2014 foi a primeira vez que o IBGE registrou saldo negativo entre a abertura e o fechamento de empresas no país. O levantamento feito pelo IBGE tem como base o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). Em 2015, a referida base de dados tinha 4,6 milhões de empresas ativas que ocupavam 40,2 milhões de pessoas. Do total de pessoas ocupadas, 33,6 milhões (83,6%) eram assalariadas e 6,6 milhões (16,4%) estavam na condição de sócio ou proprietário.

Ainda segundo o estudo, apenas 37,8% das empresas ativas em 2015 estavam há cinco anos no mercado. Conforme o levantamento, 733,6 mil empresas foram criadas em 2010. Destas, 551,2 mil (75,1%) sobreviveram um ano, 461,5 mil (62,9%), até dois anos; 395,4 mil (53,9%), três anos; 326,8 mil (44,6%), quatro anos e 277,2 mil (37,8%) sobreviveram até 2015

⁷ Produto Interno Bruto (PIB) real a preços de mercado. Variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. As informações sobre as séries do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010 estão em conformidade com o novo manual System of National Accounts (SNA) de 2008, da Organização das Nações Unidas (ONU), que inclui, entre outras mudanças metodológicas, a nova classificação de produtos e atividades integrada com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. Atualizado em: 31/05/2018

GRÁFICO 5 - Apenas 37,8% das empresas ativas em 2015 tinham 5 anos



Fonte: IBGE

Segundo o IBGE, a idade média das empresas ativas em 2015 era de 10,9 anos. Do total de empresas ativas, a taxa de sobrevivência foi de 84,4%; a taxa de entrada, 15,6%; e a taxa de saída, 15,7%.

2.4 Ciclo da empresa: Gestão de Capital de Giro

Conforme o professor André Veras, em aula (2018), o capital de giro tem grande participação no funcionamento sustentável da empresa e que o ciclo da empresa fundamenta-se no:

Ciclo Econômico: $CE = PME$

Ciclo Operacional: $CO = PMR + PME$

Ciclo de Caixa: $CC = CO - PMP$

O professor aponta que capital de giro (ou ativo circulante) é o total de recursos necessários que a empresa dispõe para desempenhar suas atividades diárias, ou seja, girar. Em outros termos, o ativo representa os bens que a empresa possui e que podem ser convertidos em capital dentro de um curto prazo, como, por exemplo: dinheiro em caixa, contas a receber, saldo da conta corrente bancária, mercadorias e

aplicações financeiras. E que o objetivo primordial da gestão do capital de giro é a sustentação da atividade operacional da empresa e a manutenção da liquidez.

Desta forma, é importante considerar que o capital de giro é a parcela resultante da diferença entre o dinheiro que a empresa tem disponível e o dinheiro que deve ser utilizado para quitar as dívidas, sejam elas compostas por despesas fixas, gastos necessários para a comercialização e prestação de serviços, ou outros gastos extras.

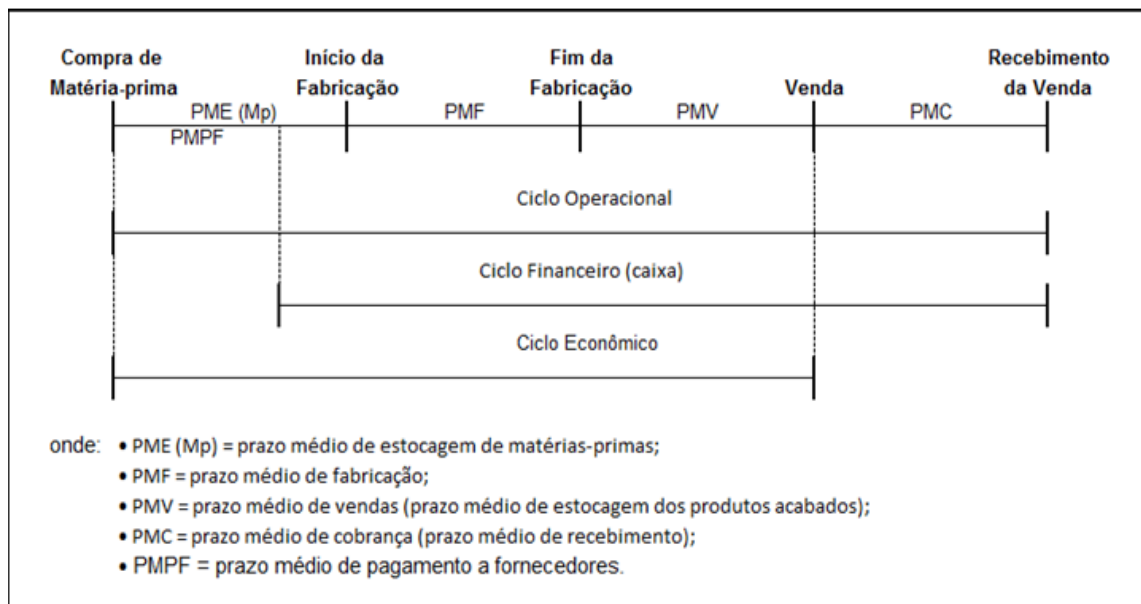
TABELA X : Gestão de capital de giro

<p><u>ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO</u></p> <p>Disponibilidades</p> <p>Caixa</p> <p>Depósitos bancários a vista</p> <p>Aplicações de liquidez imediata</p>	<p><u>PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO</u></p> <p>Empréstimos e Financiamentos</p>
<p><u>ATIVO CIRCULANTE OPERACIONAL</u></p> <p>Clientes</p> <p>Estoques</p>	<p><u>PASSIVO CIRCULANTE OPERACIONAL</u></p> <p>Fornecedores</p> <p>Impostos a Recolher</p> <p>Salários a Pagar</p>
<p><u>ATIVO PERMANENTE</u></p> <p>Itens classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente da demonstração legal</p>	<p><u>PASSIVO PERMANENTE</u></p> <p>Itens classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo e no Patrimônio Líquido da demonstração legal</p>

Fonte: Aula contabilidade Gerencial – André veras

Seguindo a premissa de que as organizações são compostas de ciclos que vão desde a aquisição da matéria prima até o recebimento das vendas, Padoveze 2011, existem três conceitos de ciclos: o operacional, o financeiro e o econômico.

TABELA XI: ciclos de uma empresa e suas etapas.



Análogo a aula do professor André Vera (2018), a figura acima mostra que o ciclo operacional pode ser obtido através da soma das seguintes etapas: prazo médio de estocagem de matérias-primas, prazo médio de fabricação, prazo médio de venda e prazo médio de cobrança. A partir do ciclo operacional se identifica os ciclos financeiro e econômico.

O ciclo econômico compreende basicamente o período entre a compra de matéria prima, a venda e a entrega dos produtos acabados (Padoveze, 2011). Assim, pode-se constatar que esse ciclo engloba a diferença temporal entre as compras e as vendas de uma organização. Esse ciclo não leva em consideração os reflexos das operações no caixa da empresa.

Para Padoveze (2011), O ciclo econômico resulta da somatória do prazo médio de estocagem, o prazo médio de fabricação e o prazo médio de vendas. Essa operação identifica o tempo que o estoque da empresa leva para girar; assim, quanto maior o estoque, mais lento se torna o giro dele.

CAPÍTULO III: Métodos de custeio

Este capítulo irá mostrar os tipos de custeio de produtos. Explicar o que são esses métodos e as suas vantagens e desvantagens no processo produtivo e administrativo. Esclarecer qual a finalidade de um bom método de custeio, para tanto é necessário comentar, inicialmente, sobre o método de custeio antes de tratar, especificamente, sobre o custeio por absorção e o custeio variável. Entende-se que o método de custeio é a forma pela qual os custos são apropriados aos seus portadores finais. Para Koliver (2000), esse é o terceiro grande caracterizador dos sistemas de custeio, referindo-se à separação dos custos fixos e variáveis. Moura (2005), também ressalta os dois métodos de custeio, absorção e variável. Métodos de custeio é a forma como as empresas agregam ao preço de venda seus custos de fabricação. O principal objetivo é a separação de custos variáveis e custos fixos e definir qual seu peso dentro do preço de venda do produto.

3.1. Método custeio de absorção

De acordo com Sá (2009), o sistema de custeio por absorção constitui-se na verificação de todos os custos envolvidos da produção dos bens ou serviços

prestados, sejam eles fixos ou variáveis. Portando além dos custos de produção como matéria prima, mão de obra e outros, os custos indiretos como manutenção, planejamento, controle de qualidade entre outros, também são rateados dentro do custo do produto seguindo o critério estabelecido pela empresa.

Para Martins (2006) o custeio de absorção “consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos”.

Segundo Padoveze (2003) o custeio por absorção “... é o método que é aderente aos princípios fundamentais de contabilidade utilizados praticamente em todo o mundo, tanto pela legislação comercial quanto pela legislação fiscal”.

[...] após a apuração do custo unitário dos produtos e serviços com os custos diretos e variáveis, há a necessidade de que os produtos e serviços também “absorvam” os demais custos indiretos, para que se tenha uma ideia do custo unitário total, ou seja, um valor de custo unitário com todos os custos apropriados aos produtos e serviços (PADOVEZE, 2003, p.79).

Diante dessas afirmações, pode-se considerar o custeio por absorção como o método de custeio em que são apropriados todos os custos de fabricação, sejam eles diretos ou indiretos, fixos ou variáveis.

3.2. Vantagens e desvantagens do custeio por absorção

Moura (2005) destaca que a principal vantagem do custeio por absorção é que ele está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade⁸ e com as leis tributárias. Ele também pode ser menos custoso para sua implantação, pois não existe necessidade de separação dos custos fixos e variáveis. Outra vantagem é a obtenção de informações precisas para o planejamento em longo prazo, e também para a demonstração de resultados para uso externo. As desvantagens são as facilidades que o custeio variável apresenta como a rápida geração de informação para a administração da empresa entre outras.

⁸ RESOLUÇÃO CFC Nº 750/93 Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC) O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO que a evolução da última década na área da Ciência Contábil reclama a atualização substantiva e adjetiva dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a que se refere a Resolução CFC 530/81, RESOLVE: CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DE SUA OBSERVÂNCIA Art. 1º Constituem PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE (PFC) os enunciados por esta Resolução. § 1º A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). § 2º Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

CFC 2008 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE

Art. 2º Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. Art. 3º São Princípios Fundamentais de Contabilidade: I) o da ENTIDADE; II) o da CONTINUIDADE; III) o da OPORTUNIDADE; IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL; V) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA; VI) o da COMPETÊNCIA; e VII) o da PRUDÊNCIA

Para Pucrs (2009) a principal desvantagem do custeio por absorção está na elaboração de preço de venda sem a real margem de contribuição, que é a diferença do preço de venda e o custo do produto, resultando em um preço de venda menos

3.3. Método custeio variável

Conforme Sá (2009), somente os gastos variáveis são apurados no custo das vendas. Esses custos variam de acordo com o faturamento da empresa como, por exemplo, comissão sobre as vendas e os impostos (ICMS, PIS, COFINS). Uma das características do custeio variável é o maior controle sobre os gastos fixos, pois se mantém isolados dos custos das vendas.

Para Moura (2005), no custeio variável são excluídos todos os custos fixos relacionados com o produto, e somente são contabilizados os custos variáveis a alguma relação (volume, quantidade, faturamento). Basicamente somente os custos variáveis são levados em conta sejam eles diretos ou indiretos. Conforme Bruni & Famá (2004, p.207) "... o custeio variável assume grande importância na análise de decisões relativas a custos e preços". Destaca ainda nesse método de custeio que apenas gastos variáveis são considerados no processo de formação dos custos dos produtos individuais. Custos e despesas indiretas são lançados de forma global contra os resultados.

3.4. Vantagens e desvantagens do Custeio variável

Moura (2005) aponta entre as vantagens do custeio variável que o custo do produto é mensurável objetivamente e não sofre interferência. O lucro alcançado não sofre interferência com alterações de estoque, e possibilita mais clareza no planejamento desse lucro e nas tomadas de decisões. Outra vantagem é a apresentação imediata da margem de contribuição de cada produto, que é a diferença

do preço de venda e o custo do produto, e a fácil geração de informação para a administração quando necessita saber quais produtos são mais rentáveis.

Moura (2005) destaca algumas desvantagens do custeio variável, ele esclarece que a exclusão dos custos fixos pode causar uma subavaliação e pode alterar o resultado em um período. Também pode ocorrer problemas na avaliação dos custos, pois existe custos semivariáveis e semifixos. De maneira geral o custeamento variável é utilizado para tomada de decisões a curto prazo, isso pode prejudicar a continuidade da empresa num projeto a longo prazo.

4. Conclusão

A presente pesquisa expôs a importância da contabilidade gerencial como instrumento de apoio aos micros e pequenos empresários para gerir de maneira eficiente seus negócios, mesmo com as mudanças sociais, políticas e econômicas que vêm ocorrendo no Brasil, como aumento PIB e da concorrência, e a escassez de recursos disponíveis que têm contribuído para as constantes mudanças na gestão dos negócios.

Dentro deste contexto, o Brasil vive em grande instabilidade, e a contabilidade gerencial revela-se como parte fundamental da gestão. A utilização de seus recursos pode permitir a previsão de muitos problemas ou a antecipação de soluções. A identificação dos benefícios da contabilidade gerencial demonstrou que esta vertente da contabilidade auxilia no desenvolvimento das estratégias de futuras decisões, com informações claras, precisas e úteis sobre a atual realidade da organização. Se bem interpretadas, facilitam as ações a serem executadas, tornando mais fáceis tanto o planejamento quanto o controle das operações.

Assim sendo, a pesquisa abordou a evolução da contabilidade e posteriormente apresentou a contabilidade gerencial como enfoque para tomada de decisões, por tratar todos os fatos ocorridos dentro da organização, pois conforme autores citados, a contabilidade gerencial fornece informações e colhe dados para que possa ter uma análise de como está à situação de seu patrimônio. E com base nas leis vigentes conceitua os objetivos da contabilidade financeira e gerencial, e suas distinções e esclareceu que toda entidade, tenha ou não finalidade lucrativa, e, independentemente do ramo de atividade que exerce, utiliza a contabilidade financeira que é obrigatória, em contrapartida a gerencial é facultativa, mas de grande importância de acordo com a pesquisa.

A pergunta implícita do tema, “a importância da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas”, para resposta foi necessário identificar a classificação das MPes, que teve parâmetro os órgãos competentes e a lei geral que trouxe benefícios tais como, redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional. Além destes benefícios previstos por lei foram apresentados os benefícios da contabilidade gerencial, que aplicadas serão de grande utilidade na tomada de decisão e ajudará na sobrevivência, logo evitará a mortalidade. A fim de dar suporte ao processo a pesquisa estendeu-se a gestão de capital de giro com fórmulas, onde a permanência de uma entidade fundamenta-se no ciclo econômico, operacional e de caixa e evidenciou que uma das gestões de capital de giro esta no balanço patrimonial que possibilita uma visão da empresa em seus diferentes aspectos.

Desta forma, conclui-se que a contabilidade gerencial é de grande importância para a sobrevivência das organizações atuais, sendo aconselhável para as micro e pequenas empresas, a implantação para tomada de decisões. Certamente entre as ferramentas gerenciais mais utilizadas e apontadas nesta pesquisa como fundamentais para o bom desempenho é a contabilidade gerencial.

Por fim, enquanto concluinte do curso de ciências contábeis, esse estudo me proporcionou conhecer os benefícios da contabilidade gerencial, onde demonstrou que esta vertente da contabilidade auxilia no desenvolvimento das estratégias de futuras decisões, com informações claras, precisas e úteis sobre a atual realidade da organização. Se bem interpretadas, facilitam as ações a serem realizadas, tornando mais fácil tanto o planejamento quanto o controle das operações.

Vale ressaltar, que devido à dificuldade em realizar pesquisa de campo relacionada ao tema abordado em virtude do grande número de Micro e Pequenas Empresas existentes no Brasil, a utilização de pesquisa divulgada pelo SEBRAE (2016) referente a empresas dos anos de 2008 a 2012 foi uma limitação, uma vez que os índices foram modificados de forma significantes devido a vários fatores, conforme apontado a pesquisa no item 2.3 sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas, logo é interessante recomendar aos “pesquisadores” novos alunos contábeis está pesquisa para iniciar a elaboração de teses, porém sugiro a princípio, avaliar as mudanças que poderão ocorrer na contabilidade e na sua legislação, pois este ramo da ciência social não é estático, possuindo um extremo dinamismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ATKINSON, Anthony A, et al. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.

MORAES, Paulo Douglas de Almeida de. Contratação indireta e terceirização de serviço na atividade fim das pessoas jurídicas: possibilidade jurídica e conveniência Social. Campo Grande, 2003

SEBRAE, <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-apresentacao-2016.pdf> - Acesso em 28 de Abril 2018.

Lima, J. (2006). As Novas Tecnologias no Ensino.
<http://www.airpower.au.af.mil/apjinternational/apj-p/2006/2tri06/lima.html> - Acessado em 14 de Abril 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 14.º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, André Veras da. Economista e Contador, Mestre em Economia Empresarial - Docente da Faculdade Trevisan - a pesquisadora participou como ouvinte das aulas de contabilidade gerencial. Email: professor.andreveras@gmail.com

SÁ, Antônio Lopes de. História Geral da Contabilidade no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

BIBLIA, <https://www.bibliaonline.com.br/acf>. Acesso em 18/04/2018.

MARION, José Carlos e **Ribeiro**, Osni Moura. Introdução a Contabilidade Gerencial. 3ªed.atualizada conforme a lei 11.638/07: Editora Saraiva, 2017.

CVM, <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0001/deli029.pdf>. Acesso em 18/04/2018.

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade Básica: Finalmente você vai aprender contabilidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2004.

PIZZOLATO, N. D. Introdução à Contabilidade Gerencial. 2.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Gerencial. 6ª ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

IBRACON NPC 27, <http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>. Acesso em 18 de Abril 2018.

Institute Accounting Standards Board - IASB. Framework for the preparation and presentation of financial statements. IASC, 1989

Financial Accounting Standards Board - FASB. Statements Financial Accounting Concepts n. 2. FASB, 1980

Professor Fábio Frezatti 2007

FARIA, Juliano Almeida e., AZEVEDO, Tania Cristina., OLIVEIRA, Murilo Silva. A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio á gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA. Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista. v.6, n.2, p.89-106, 2012 (Mai-Ago.).

SEBRAE - <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>

BNDES -

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html

SIMPLES NACIONAL -

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-as-distin%C3%A7%C3%B5es-entre-microempresa,-pequena-empresa-e-MEI>

ANVISA - <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Setor+Regulado/Como+Fazer/Porte+de+Empresas/Enquadramento+de+Porte+da+Empresa>

MDIC - <https://unp.br/wp-content/uploads/2014/06/PROPOSTA-DE-MÉTODO-PARA-CLASSIFICAÇÃO-DO-PORTE-DAS-EMPRESAS.pdf>

SEBRAE

http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2012.pdf – Acesso em 03 de Junho, página 17

Legislação Aplicada

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

Deliberação CVM nº 29, de 05 de fevereiro de 1986.

Lei Complementar Federal.

Resolução CFC nº 774, de 16 de dezembro de 1994.

Resolução CGSN nº 5, de 30 de maio de 2007.

MOURA, Herval da Silva. O custeio por absorção e o custeio variável: qual seria o melhor método a ser adotado pela empresa? Disponível em: <http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/32/o_custeio_por_absorcao_e_o_custeio_variavel.pdf> Acessado em : 09 de junho 2018.

BRUNI, Adriano Leal. FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicação na calculadora HP.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 551 p.

PUCRS. Princípios e métodos de custeio. Disponível em:

<http://pucrs.campus2.br/~blauth/Custos2/metodos_custeio.doc> Acessado em: 09 Junho 2018..

PADOVEZE, Clóvis L. Introdução à Administração Financeira, Cengage Learning, 2º Ed, São Paulo, 2011.